



Lei n° 1.280/2003

Porto Murtinho - MS, 26 de Dezembro de 2003.

***"Estima a Receita e fixa a Despesa  
do Município de Porto Murtinho para  
o exercício de 2004"***

**ABEL NUNES PROENÇA**, PREFEITO MUNICIPAL de PORTO MURTINHO, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

**Art. 1°** - O Orçamento Geral do Município de Porto Murtinho para o exercício de 2004 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 17.577.830,00 (dezessete milhões quinhentos setenta e sete mil oitocentos e trinta reais), sendo R\$ 11.469.560,00 (onze milhões quatrocentos e sessenta e nove mil quinhentos e sessenta reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 6.108.270,00 (seis milhões cento oito mil duzentos e setenta reais) do Orçamento da Seguridade Social.

**DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E CÂMARA  
MUNICIPAL**

**Art. 2°** - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2004 estima a Receita em R\$ 17.577.830,00 (dezessete milhões quinhentos e setenta e sete mil oitocentos e trinta reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 673.360,00 (seiscentos e setenta e três mil trezentos e sessenta reais), em 16.904.470,00 (dezesseis milhões novecentos quatro mil quatrocentos e setenta reais) a Despesa da Prefeitura Municipal.

**§ 1°** - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	14.757.830,00
1.1. RECEITA TRIBUTÁRIA	856.500,00
1.2. RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	931.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	97.330,00
1.6. RECEITA DE SERVIÇOS	231.000,00
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.525.500,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	116.500,00
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.820.000,00</b>
2.4. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.820.000,00



SOMA:	17.577.830,00
TOTAL:	17.577.830,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

**I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO	673.360,00
02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	3.537.200,00
03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	1.914.020,00
04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	3.782.250,00
05 – SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER	4.479.500,00
06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	2.573.500,00
07 – SECRETARIA MUN DE MEIO AMB E DESENV SUSTENTAVEL	473.000,00
99 – RESERVA DE CONTIGENCIA	145.000,00
<b>SOMA:</b>	<b>17.577.830,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>17.577.830,00</b>

**II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

01 – LEGISLATIVA	673.360,00
04 – ADMINISTRAÇÃO	2.538.200,00
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.001.020,00
09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL	325.000,00
10 – SAÚDE	3.782.250,00
12 – EDUCAÇÃO	4.439.500,00
13 – CULTURA	260.000,00
15 – URBANISMO	2.178.500,00
16 – HABITAÇÃO	110.000,00
18 – GESTÃO AMBIENTAL	453.000,00
22 – INDÚSTRIA	20.000,00
25 – ENERGIA	160.000,00
26 – TRANSPORTE	75.000,00
27 – DESPORTO E LAZER	40.000,00
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	377.000,00
99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	145.000,00
<b>SOMA:</b>	<b>17.577.830,00</b>

**III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA**

0000 – OPERAÇÕES ESPECIAIS	377.000,00
0001 – PROCESSO LEGISLATIVO	673.360,00
0002 – ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA	755.200,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**



0003 – GESTÃO PÚBLICA INOVADORA	1.142.000,00
0004 – MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	641.000,00
0005 – MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO MUNICÍPIO	2.413.500,00
0006 – QUALIDADE E EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	3.782.250,00
0007 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENT. DE PORTO MURTINHO	733.000,00
0008 – ESCOLA PARA TODOS	4.439.500,00
0009 – PORTO MURTINHO MAIS HUMANA	2.476.020,00
0099 – RESERVA DE CONTIGENCIA	145.000,00
<b>SOMA:</b>	<b>17.577.830,00</b>

**IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>11.833.410,00</b>
3.1.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.658.460,00
3.2.00.00.00.00 – JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	16.000,00
3.3.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.158.950,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.599.420,00</b>
4.4.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS	5.198.420,00
4.5.00.00.00.00 – INVERSÕES FINANCEIRAS	40.000,00
4.6.00.00.00.00 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	361.000,00
<b>9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>145.000,00</b>
<b>SOMA:</b>	<b>17.577.830,00</b>

**DO ORÇAMENTO DO (A) FUNDO MUN. DESENV. VAL. MAG. DE PORTO MURTINHO**

**Art. 3º** - O Orçamento da Entidade FUNDO MUN. DESENV. VAL. MAG. DE. PORTO MURTINHO, para o exercício de 2004, estima a Receita em R\$ 2.542.000,00 (dois milhões quinhentos e quarenta e dois mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.542.000,00 (dois milhões quinhentos e quarenta e dois mil reais).

**§ 1º** - A Receita será realizada mediante Transferências do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferência de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.0. RECEITAS CORRENTES	2.542.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	20.000,00
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.522.000,00
<b>SOMA:</b>	<b>2.542.000,00</b>
<b>TOTAL:</b>	<b>2.542.000,00</b>



§ 2º - A Despesa da Entidade FUNDO MUN. DESENV. VAL. MAG.DE PORTO MURTINHO, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

12 – EDUCAÇÃO	2.542.000,00
<b>SOMA:</b>	<b>2.542.000,00</b>

**IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.172.000,00</b>
3.1.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.807.200,00
3.3.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	364.800,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>370.000,00</b>
4.4.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS	370.000,00
<b>SOMA:</b>	<b>2.542.000,00</b>

**Do Orçamento do (a) FUNDO MUN. PREVIDENCIA DE PORTO MURTINHO**

**Art. 4º** - O Orçamento da Entidade FUNDO MUN. PREVIDENCIA DE PORTO MURTINHO, para o exercício de 2004, estima a Receita em R\$ 275.000,00(duzentos e setenta e cinco mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>275.000,00</b>
1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	270.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	5.000,00
<b>SOMA:</b>	<b>275.000,00</b>
<b>TOTAL:</b>	<b>275.000,00</b>



§ 2º - A Despesa da Entidade FUNDO MUN. PREVIDENCIA DE PORTO MURTINHO, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL	275.000,00
<b>SOMA:</b>	<b>275.000,00</b>

**IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>275.000,00</b>
3.1.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	270.000,00
3.3.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.000,00
<b>SOMA:</b>	<b>275.000,00</b>
<b>TOTAL:</b>	<b>275.000,00</b>

**DO ORÇAMENTO DO (A) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO MURTINHO**

**Art. 5º** - O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO MURTINHO, para o exercício de 2004, estima a Receita em R\$ 2.205.000,00 (dois milhões duzentos cinco mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.577.250,00 (um milhão quinhentos e setenta e sete mil duzentos e cinquenta reais) e fixa as Despesas em R\$ 3.782.250,00 (três milhões setecentos e oitenta e dois mil duzentos e cinquenta reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

<b>1.0. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>805.000,00</b>
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	10.000,00
1.6. RECEITA DE SERVIÇOS	230.000,00
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	565.000,00
2.0 RECEITAS DE CAPITAL	1.400.000,00
2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.400.000,00
<b>SOMA:</b>	<b>2.205.000,00</b>





**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS**

1.577.250,00

**SOMA:**

1.577.250,00

**TOTAL:**

3.782.250,00

§ 2º - A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO MURTINHO, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

10 – SAÚDE

**SOMA:**

3.782.250,00

3.782.250,00

**IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

**DESPESAS CORRENTES**

1.767.250,00

3.1.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

802.000,00

3.3.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

965.250,00

**DESPESAS DE CAPITAL**

2.015.000,00

4.4.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS

2.015.000,00

**SOMA:**

3.782.250,00

**DO ORÇAMENTO DO (A) FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST.SOCIAL DE PORTO MURTINHO**

Art. 6º - O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIAL SOCIAL DE PORTO MURTINHO, para o exercício de 2004, estima a Receita em R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 100.520,00 (cem mil quinhentos e vinte reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.000.520,00 (um milhão quinhentos e vinte reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendias, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

**1.0. RECEITAS CORRENTES**

900.000,00

1.3. RECEITA PATRIMONIAL

5.000,00

1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

895.000,00

**SOMA:**

900.00,00

**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS**

100.520,00



SOMA:	100.520,00
TOTAL:	1.000.520,00

§ 2º - A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PORTO MURTINHO, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

08 – ASSISTENCIA SOCIAL	1.000.520,00
<b>SOMA</b>	<b>1.000,520,00</b>

**IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>978.100,00</b>
3.1..00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	77.500,00
3.3.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	900.600,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>22.420,00</b>
4.4.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS	22.420,00
<b>SOMA:</b>	<b>1.000.520,00</b>

DO ORÇAMENTO DO (A) FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL DE PORTO MURTINHO

**Art. 7º.** - O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL DE PORTO MURTINHO, para o exercício de 2004, estima Receita em R\$ 601.000,00 (seiscentos um mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 601.000,00 (seiscentos um mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1.0. RECEITAS CORRENTES	501.000,00
1.2. RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	500.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	1.000,00
2.0. RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00
2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	100.000,00
<b>SOMA:</b>	<b>601.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>601.000,00</b>



§ 2º - A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL DE PORTO MURTINHO, será realizada segundo a apresentação dos anexos

integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

08 – ASSISTENCIA SOCIAL	601.000,00
<b>SOMA:</b>	<b>601.000,00</b>

**IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>329.000,00</b>
3.3.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	329.000,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>272.000,00</b>
4.4.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS	272.000,00
<b>SOMA:</b>	<b>601.000,00</b>

**DO ORÇAMENTO (A) FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PORTO MURTINHO**

**Art. 8º** - O Orçamento da Entidade FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PORTO MURTINHO, para o exercício de 2004, estima a Receita R\$ 0,00 (), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	20.000,00
<b>SOMA:</b>	<b>20.000,00</b>
<b>TOTAL:</b>	<b>20.000,00</b>

§ 2º - A Despesa da Entidade FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PORTO MURTINHO, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

22 – INDUSTRIA	20.000,00
----------------	-----------





SOMA 20.000,00

**IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>14.000,00</b>
3.1..00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.000,00
3.3.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.000,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>6.000,00</b>
4.4.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS	6.000,00
<b>SOMA:</b>	<b>20.000,00</b>

**Art. 9º** - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário, e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO**

01 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	145.000,00
<b>TOTAL:</b>	<b>145.000,00</b>

**§1º** - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

**§2º** - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

**§3º** - Não se efetivando até o dia 10/12/2004 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2005 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

**Art. 10º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

**Art. 11º** - O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares nos, até o limite de 15%



(quinze por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
- III – superávit financeiro do exercício anterior.

**Parágrafo Único** – Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, bem como, os destinados a suprir insuficiência nas dotações relativa a pessoal, encargos sociais e dívida.

**Art. 12º** – As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

**Art. 13º** – Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 14º** – As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de créditos e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

**Art. 15º** – Durante o exercício de 2004 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, de acordo com o disposto no Artigo 32 da Lei Complementar 101 de 04 de Maio de 2000.

**Art. 16º** – Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes de Federação.

**Art. 17º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.





**Art. 18º** - Durante o exercício de 2004, fica o Poder Executivo autorizado a conceder reajustes de pessoal Ativo e Inativo, observando os dispositivos Constitucionais e os Arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000.

**Art. 19º** - Fica alterada as ações constantes do Plano Plurianual e seus respectivos valores, para o quadriênio 2002 a 2005 em decorrência das alterações provocadas por esta Lei, conforme anexos.

**Art. 20º** - Os repasses ao Poder Legislativo serão efetuados no percentual de 8% (oito por cento), calculado sobre a receita arrecadada do exercício de 2003, do total dos valores estabelecidos pelo Artigo 29-A, da Constituição Federal.

**§ 1º** - O Poder Executivo fica autorizado a adequar o Orçamento Previsto para o Legislativo, limitado aos 8% (oito por cento), da receita.

**§ 2º** - O Poder Executivo procederá a adequação necessária até o limite permitido, caso o total do Orçamento do Poder Legislativo seja inferior ao fixado nesta Lei.

**§ 3º** - Havendo superávit do total do Orçamento do Poder Legislativo Municipal, a diferença será objeto de suplementação das dotações, definidas nos prazos e nos elementos previamente indicado pela Câmara Municipal.

**Art. 21º** - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2004, a partir de 1º de Janeiro, revogadas as disposições em contrário.

PORTO MURTINHO – MS, 26 DE DEZEMBRO DE 2003.

  
**ABEL NUNES PROENÇA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**